

## **REQUERIMENTO N° , DE 2016**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), sobre os 20 anos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com os seguintes convidados:

**Renato Janine Ribeiro** – Professor da Universidade de São Paulo, ex-ministro da Educação;

**Marcelo Henrique Campbell da Fonseca** – Secretário de Educação e Desportos de Roraima;

**José de Souza Martins** – Professor titular aposentado da Universidade de São Paulo;

**Celso de Rui Beisiegel** – Professor da Universidade de São Paulo;

**Carlos Roberto Jamil Cury** – Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas

### **JUSTIFICAÇÃO**

No dia 20 de dezembro de 1996 o Brasil viu surgir uma de suas leis mais importantes. Nascia nessa data a Lei nº 9.394, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB. Após um longo período de debates na sociedade e no Parlamento, a começar com a apresentação de um projeto de lei ainda em 1988 pelo Deputado Otávio Elísio, chegou-se ao texto final da Lei, em boa parte redigido sob a coordenação política do relator no Senado, Senador Darcy Ribeiro.

SF/16534.83886-46

A aprovação da nova LDB significou, dez anos depois do início da redemocratização do País, a ruptura com o modelo educacional vigente durante o Regime Militar e o enfrentamento de novos desafios, como o da ampliação do atendimento na educação infantil e na educação de jovens e adultos, mas também uma maior preocupação com a avaliação e com a qualidade do ensino, questões que se tornaram centrais na agenda das políticas públicas após a publicação da Lei.

Não se pode esquecer também das transformações ocorridas no financiamento da educação, com a criação dos fundos contábeis, da ampliação das oportunidades na educação superior por meio de programas de financiamento e crescimento da oferta de vagas no setor público, das políticas de cotas, do piso salarial profissional do magistério e de outras leis e políticas que alteraram profundamente a educação nacional nesse período, sempre tendo como pano de fundo as normas gerais insculpidas no texto da LDB.

Vinte anos depois, é preciso avaliar o impacto da LDB no campo da educação e na sociedade brasileira como um todo. Que virtudes ela tem e que precisam ser mantidas? Que lacunas ela apresenta e como preenchê-las? É para isso que propomos a realização desta audiência pública.

Para discutir essas questões sugerimos a participação de importantes intelectuais e gestores da área de educação, sem prejuízo de que outros nomes possam ser acrescentados.

Sala da Comissão,

Senadora ANGELA PORTELA

SF/16534.83886-46